

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade



**Denise Pereira
(Organizadora)**

Atena
Editora

Ano 2021

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade



Denise Pereira
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

História: espaços, poder, cultura e sociedade

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadora: Denise Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: espaços, poder, cultura e sociedade / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-438-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.389212608>

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Título.
CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

O e-book “*História: Espaços, poder, cultura e sociedade*” proporciona um olhar diferenciado ao campo da História. Perguntas recorrentes anteriormente como, a História é um campo com especialidades bem demarcadas ou, ao contrário, é tão múltipla que permite infinitas possibilidades de estudo da sociedade? Tais como olhar a história sob a ótica de espaços de poder e da diversidade cultural dentro de uma sociedade global.

A sociedade que se delimita através dos enfoques e das interpretações do historiador, e que pressupões a perspectiva a partir da qual eles são traçados, sem que haja distinção relevante entre o campo específico do conhecimento que se constitui e o sujeito que conhece. Concebida assim, a partir dessa definição do campo social, a sociedade, que se pretende investigar pela ótica da historiografia, pressupões a especificidade do jogo de relações e posições que conduzem à configuração política e cultural, inscrita na experiência dos sujeitos, incluindo a dos próprios pesquisadores.

Ao mesmo tempo devemos compreender, que por meio de uma nova sociedade, ou seja, uma sociedade globalizada ampliou-se as facilidades de comunicação e, conseqüentemente, a transmissão dos valores culturais, transformações das configurações da economia, da política, da educação, principalmente dos percursos da história.

Ao apresentar métodos, aportes teóricos, objetos de estudo privilegiados e fontes históricas utilizadas evita-se delimitar o campo, mas propicia discutir as interconexões existentes entre as diferentes pesquisas divulgadas. Ao mesmo tempo, busca esclarecer as conexões possíveis entre História com outros campos do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Geografia, Política, Educação, Religião, Literatura, Museologia, Arquitetura e Arte. Estudar a sociedade por essa multiplicidade de perspectivas nos leva a constatar que a História é, cada vez mais, um exercício democrático que deve continuar ocupando o centro dos debates atuais.

Espero que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!


Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

UMA REFLEXÃO SOBRE AS FACES DO TRABALHO NA AMAZÔNIA E SEUS SIGNIFICADOS NO CONTEXTO DOS BOIS-BUMBÁS DE PARINTINS


Deilson do Carmo Trindade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126081>

CAPÍTULO 2..... 14

DESIGNAÇÃO ELETIVA E CARREIRAS POLÍTICO-RELIGIOSAS NO PRIMEIRO REINADO


Joelma Santos da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126082>

CAPÍTULO 3..... 23

SÃO PAULO – UMA CIDADE NO PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOCULTURAL E URBANÍSTICO NO INÍCIO DO SÉCULO XX


Robson Roberto da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126083>

CAPÍTULO 4..... 37

INHOTIM: UM RETRATO NA PAREDE?

Webert Fernandes de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126084>

CAPÍTULO 5..... 51

ANÁLISIS ESPACIO TEMPORAL DE CAMBIOS DE USO Y COBERTURA DE LA TIERRA EN LA CIUDAD DE MOQUEGUA Y EL PUEBLO DE SAMEGUA DE 1955 Y 2018


Osmar Cuentas Toledo

Maryluz Cuentas Toledo

Marco Alexis Vera Zúñiga

Maribel Pacheco Centeno

Bedoya Justo Edgar Virgilio


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126085>

CAPÍTULO 6..... 64

O ESPORTE E AS NARRATIVAS SOBRE A NAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS CRÔNICAS ESPORTIVAS DE JUCA KFOURI

Euclides de Freitas Couto

Alan Castellano Valente


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126086>

CAPÍTULO 7..... 76

“ZUMBI” PARA A GESTÃO DA FUNDAÇÃO PALMARES NO GOVERNO BOLSONARO

Andréia de Fátima de Souza Dembiski


Lucas Guerra da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126087>

CAPÍTULO 8..... 87

FUTEBOL E RESISTÊNCIA: O PAPEL DOS COLETIVOS DE TORCEDORES NA RESSIGNIFICAÇÃO DOS MODOS DE TORCER (2013-2018)

Guilherme Pontes Silveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126088>

CAPÍTULO 9..... 100

LIMBO BRASILEIRO: A CRIAÇÃO DA IMAGEM DAS *ESCOLAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA* PELO *CORREIO PAULISTANO*

Nicole Naomi Handa Nomura

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126089>


CAPÍTULO 10..... 107

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O MUSEU: A ARTICULAÇÃO ENTRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Cristiane Bartz de Ávila

Ângela Mara Bento Ribeiro


Maria de Fátima Bento Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260810>

CAPÍTULO 11..... 118

PATRIMÔNIO CULTURAL E SEGUNDA ESCRAVIDÃO: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO VALE DO CAFÉ

Luana da Silva Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260811>

CAPÍTULO 12..... 134

MEMÓRIA, HISTÓRIA ORAL E IDENTIDADE NOS QUILOMBOS DO RIO ANDIRÁ, FRONTEIRA AMAZONAS PARÁ

João Marinho da Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260812>

CAPÍTULO 13..... 149

FAO: EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NA AMÉRICA LATINA

Dayane Santos Silva


Lucas Santos Macedo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260813>

CAPÍTULO 14..... 158

OS TENTÁCULOS DO CAPITAL E OS SENTIDOS DA CIDADE: URBANIZAÇÃO, TRABALHO E FUTEBOL NA CIDADE DE SANTOS (1892 – 1920)

André Luiz Rodrigues Carreira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260814>

CAPÍTULO 15..... 176

ENSINO DE HISTÓRIA E EMANCIPAÇÃO HUMANA: CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR A ESCOLA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA

João Carlos da Silva

Elisângela Batista

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260815>

CAPÍTULO 16..... 189

A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA NOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DE ESCOLAS TÉCNICAS: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA CLASSE TRABALHADORA

Cláudia Maria Bernava Aguillar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260816>

CAPÍTULO 17..... 203

PRÁTICA DOCENTE: O BLOG COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA ENSINAR HISTÓRIA DA ÁFRICA

Suellen de Souza Lemonje

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260817>

CAPÍTULO 18..... 216

MONTESQUIEU, BENJAMIN CONSTANT, TOCQUEVILLE E ALGUNS PROBLEMAS DO MUNDO MODERNO

Marco Antonio Barroso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260818>

CAPÍTULO 19..... 227

FAUNA E FLORA FANTÁSTICA NA FRANÇA ANTÁRTICA (1555-1560)

Felipe Santos Deveza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260819>

CAPÍTULO 20..... 250

ESPAÇO E LINGUAGEM: CONTRIBUIÇÕES LITERÁRIAS DE GERMINAL NO ESTUDO DA SOCIEDADE INDUSTRIAL

Rodrigo Janoni Carvalho


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260820>

CAPÍTULO 21..... 259

AS CÂMARAS MUNICIPAIS DA CAPITANIA DE MATO GROSSO: ETIQUETA, HONRA E PRESTÍGIO

Gilian Evaristo França Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260821>

CAPÍTULO 22.....	272
O NEGRO NO LIVRO “HISTÓRIA DO PARÁ”, DE BENEDICTO MONTEIRO (2006) Amanda Martins Olegário  https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260822	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	281
ÍNDICE REMISSIVO.....	282

CAPÍTULO 1

UMA REFLEXÃO SOBRE AS FACES DO TRABALHO NA AMAZÔNIA E SEUS SIGNIFICADOS NO CONTEXTO DOS BOIS-BUMBÁS DE PARINTINS

Data de aceite: 24/08/2021

Deilson do Carmo Trindade

Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – PPGSCA/UFAM; Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM

RESUMO: Este texto pretende fazer uma breve abordagem sobre o trabalho artístico nos galpões dos bois-bumbás na cidade de Parintins, no Estado do Amazonas, a partir da trajetória histórica da ocupação e colonização da Amazônia, procurando mostrar como a temática do trabalho, presente no meio social, é inerente ao homem Amazônico. Primeiramente, apresentaremos as impressões incipientes sobre a Amazônia a partir dos relatos de cronistas e viajantes que estiveram na região. O imaginário construído por eles colaborou para justificar a opressão e o preconceito contra os povos indígenas, o que facilitou sua exploração, que ainda é vista entre os trabalhadores do boi-bumbá. Desde as primeiras expedições na região o europeu se beneficiou do trabalho indígena, fundamental para seu empreendimento colonizador. A utilização de mão de obra nativa na ocupação da Amazônia também significou a apropriação de seus conhecimentos em prol da exploração da floresta. A reciprocidade no trabalho artístico pode ser entendida hoje como um legado de uma ancestralidade indígena, e também encontramos semelhanças significativas entre o trabalho nos seringais e nos galpões do boi-bumbá. Hoje em

dia, a Amazônia ainda é percebida por muitos como uma fronteira a ser cruzada por projetos de desenvolvimento que pensados de fora para dentro, em geral, muitos tendem a fracassar, contribuindo para a cristalização de preconceitos em sua população. Isso nos leva a pensar na noção de mundos do trabalho, conceito que na Amazônia pode ser visto desde o trabalho na fábrica, até os trabalhadores dos galpões do boi-bumbá, que produzem anonimamente a festa que é consumida por muitos, sem, no entanto, haver uma reflexão profunda de quem consome sobre quem o produz.

PALAVRAS-CHAVE: Amazonas, trabalho, boi-bumbá.

ABSTRACT: This text intends to make a brief approach about the artistic work in the bois-bumbás sheds in the city of Parintins, in the State of Amazonas, from the historical trajectory of the occupation and colonization of the Amazon, trying to show how the theme of the work, present in the environment social, is inherent to the Amazonian man. First, we will present the incipient impressions about the Amazon from the reports of chroniclers and travelers who were in the region. The imaginary constructed by them collaborated to justify the oppression and prejudice against indigenous peoples, which facilitated their exploitation, which is still seen among boi-bumbá workers. Since the first expeditions in the region, the European benefited from the indigenous work, fundamental for his colonizing enterprise. The use of native labor in the occupation of the Amazon also meant the appropriation of their knowledge in favor of forest

exploration. Reciprocity in artistic work can be understood today as a legacy of an indigenous ancestry, and we also find significant similarities between the work in the rubber plantations and in the boi-bumbá sheds. Today, the Amazon is still perceived by many as a frontier to be crossed by development projects that are thought from the outside in. In general, many tend to fail, contributing to the crystallization of prejudices in its population. This leads us to think about the notion of worlds of work, a concept that in the Amazon can be seen from factory work, to workers in the boi-bumbá sheds, who anonymously produce the party that is consumed by many, without, however, there is a deep reflection of those who consume about those who produce them.

KEYWORDS: Amazon; Work; boi-bumbá.

INTRODUÇÃO

Euclides da Cunha (1999, p.02), ao se reportar `a aventura do homem nordestino pela planície Amazônica, afirmando ser esta uma terra sem história e que o homem “ali, é um intruso impertinente”, que estava diante da grandiosidade da floresta. E a primeira impressão segundo ele, que tem o forasteiro, em contraste com o abandono da região, é de assombro. Mas é essa grandiosidade da floresta, com seus espíritos, encantamentos, mitos, lendas, e história, que também são a principal matéria prima, as fontes a serem trabalhadas pelos artistas de galpão dos bois-bumbás de Parintins. Se o sertanejo é “antes de tudo um forte” (IDEM, 2001, p. 101), por viver as adversidades do sertão e do isolamento a que foi submetido, aqui na Amazônia ele precisa ser um ‘brabo’ para conviver com a floresta, para se tornar, “o homem que trabalha para escravizar-se” (IBIDEM, 1999, p.36), completando enfim, sem outra opção, a anomalia de ser seringueiro. O trabalho nos seringais, para este autor, tornou-se o castigo do seringueiro por sua ambição, no qual a cada dia ele se penitencia na terra que o condenou, e desse modo, se ratificava um o pensamento recorrente sobre a Amazônia. O trabalho dentro dos galpões dos bois-bumbás, também é um trabalho duro, perigoso e marcado pelo isolamento, porém, seus frutos não vão diretamente para as firmas internacionais com suas matrizes na Europa. Recebem patrocínios do capital do Estado, como também, patrocínios de grandes empresas. E o produto do trabalho é consumido pelo povo, avido de beleza, de reafirmação de sua identidade cultural, a partir de sua relação com a terra juntamente com todos os mistérios da floresta.

OS VIAJANTES E AS PRIMEIRAS IMPRESSÕES SOBRE A AMAZÔNIA

Muito antes, numa época em que as ideias de eugenia predominavam no século XIX, o naturalista alemão Von Martius em suas impressões em relação ao Brasil, principalmente sobre a Amazônia, acreditava que os nativos outrora foram mais desenvolvidos culturalmente, tendo como modelo os povos Maia, Asteca e Inca, mas ao se deslocarem das terras temperadas, em direção `as áreas de floresta tropical, ambientes não propícios

para a humanidade, passaram “a sofrer com um contínuo processo de degeneração das capacidades morais, de desintegração de sua cultura e de sua organização social” (FUNARI e NOELLI, 2002, p.33), juntemos a isso a crença que ele tinha, de que, o clima quente das florestas induziu os nativos a uma vida sexual desregrada, que resultou em novos povos ainda mais degenerados.

A concepção de uma Amazônia inóspita com povos culturalmente inferiores, deriva do etnocentrismo europeu aos diferentes meios de vida e trabalho existentes nos ambientes tropicais, Funari e Noelli (2002, p.31), afirmam que “por muito tempo os cientistas guiaram-se pelo senso comum, considerando as economias indígenas como pobres ou atrasadas, em vez de considerá-las apenas, diferentes de sua economia capitalista urbana”, Este entendimento tem sua composição ancorada num contexto histórico que pode ser identificado pela longa duração¹, percebendo que sua construção exige estender nosso olhar em um espaço histórico mais amplo para compreendermos como o trabalho na região, por muito tempo, foi sinônimo de desafio, bravura e audácia, como também de castigo e penúria.

Não é à toa que o termo “inferno verde²” sugere que o local não é convidativo ao homem, como afirmou Euclides da Cunha. Aliás, por muito tempo ainda resistiu a ideia de que a adaptação humana em florestas tropicais seria mais dura que em climas frios. Mesmo que “já exista uma nova mentalidade nacional em relação à Amazônia” (BATISTA, 2007, p.125), essa compreensão continuou a permear o pensamento de muitos pesquisadores, viajantes e cronistas que se propuseram voltar seus olhares para a Amazônia, e por muito tempo, foram essas as únicas impressões da região e neste cenário, o nativo é o bárbaro, o selvagem que precisa ser cristianizado, civilizado e dotado para o trabalho.

O estereótipo da floresta exuberante, quase um éden, opostamente era habitada por povos exóticos, o homem aparece demonizado, conceito que permeou o imaginário de cronistas do Velho Mundo e fez surgir a partir do século XVI uma produção literária que refletiu esse pensamento inventado e, que, em alguns casos, cristalizaram generalizações, visto que não raro, a Amazônia configurou-se como terra virgem, o paraíso terrestre, caracterizada pela abundância, por delícias, fertilidade e pelo erotismo sem pudor, mas também, uma terra repleta de perigos, de animais estranhos e feras bestiais.

Gondim (2007, p.13), assinala dizendo que “a invenção da Amazônia se dá a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato de peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes”. Foi este imaginário que acompanhou os primeiros europeus, sendo, pois, a partir de seus relatos que o mundo teve as primeiras notícias sobre a Amazônia e que ainda hoje segue fascinando com suas atualizações. Essa

1 O conceito epistemológico que se refere a permanências e mudanças identificados em um tempo histórico mais longo. Para uma melhor compreensão sobre a temática, sugerimos: BRAUDEL, Fernand. “História e ciências sociais. A longa duração”. In: Escritos sobre a História. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

2 Funari e Noeli (2002, p.31) afirmam que “em parte, a ideia de ‘inferno verde’ decorreu do etnocentrismo europeu em relação aos diferentes meios de vida nos ambientes topicais”, isto é, pensou-se a vida nos trópicos tendo como referência a vida urbana na Europa.

representação é trazida pelo festival folclórico de Parintins que reproduz a cosmovisão fantasiosa e fantástica.

A influência da cultura indígena, é reelaborada pelos trabalhadores artistas dos bois-bumbás, ou seja, a floresta tem vida, tem alma, tem espíritos. Isso fica claro quando o sol abraça a lua como seres que se amam. Parece que os astros estão enamorando entre si. Outra característica da cultura indígena exaltada na toada é o hibridismo, ou seja, uma simbiose entre animalidade e humanidade: “mulheres-peixes”, “homem-serpente”. Morin afirma que somos 100% animal, demens e, 100% cultura, racionalidade. Na floresta há um processo contínuo de metamorfose entre as instâncias de humanidade e animalidade.

IMAGINÁRIO, OPRESSÃO E PRECONCEITO CONTRA OS POVOS NATIVOS

A historiografia amazônica sempre se fez a partir do real e do imaginário, e suas fronteiras nem sempre são perceptivas. A Amazônia das toadas de boi-bumbá pode ser um reflexo do imaginário construído a partir dos relatos dos viajantes que ainda permanece vivo e de certa forma determina o pensamento contemporâneo. Este imaginário, que no passado produziu linhas de interpretações que não levaram em consideração a subjetividade local e suas relações sociais, alcançando povos tradicionais que posteriormente vieram constituir a sociedade atual, em que não raro, eram vistos como inertes ao trabalho, ociosos por conta deste cenário idealizado.

As descrições que os europeus faziam sobre a América e conseqüentemente sobre a Amazônia, estavam associadas às suas concepções de mundo, que para Holanda (2002), tinha uma ligação literal com as interpretações de textos bíblicos. O paraíso terrestre ganhou crédito na medida em que os relatos surgiam. Assim como no Jardim do Éden, o nativo não se afligia, pois, a terra sempre fecunda, lhe proporcionava infinitas variedades alimentícias, e o deixava liberto de quaisquer afazeres, mas em estado de pecado. O El Dourado, já foi tema principal nas apresentações dos bois-bumbás. O Boi Caprichoso, por exemplo, apresentou a temática O El Dourado é aqui em 2007.

Logo, cabia ao europeu cristão, a “tarefa profícua” de ensinar-lhes o caminho da salvação pelo trabalho, abrindo frestas para a escravização indígena a partir da colonização, em especial a portuguesa, que intensificou este sistema conforme Cardoso (1990), de 1532 a 1600, quando os colonizadores tiveram êxito em pequena escala, pois os nativos eram incompatíveis culturalmente com o sistema de trabalho intensivo, regular e compulsório.

Temos então a necessidade de compreendermos hoje, como o modo de vida das populações amazônicas e dos problemas com que elas se defrontam, podem ser percebido e de que formas e se relacionam com esse contexto a partir de “um breve exame histórico de como chegaram eles à presente situação e das principais forças sociais que atuam para conformar o seu destino” (RIBEIRO, 1995, p.309), e deste modo, entenderemos como esses discursos contribuíram para a exploração do vale amazônico e dos povos que aqui

habitaram e ainda habitam.

O interesse era não só por riquezas, mas também pela aventura, pela curiosidade em relação a outros povos e lugares desconhecido. Isso é o que sempre impulsionou os viajantes em busca do novo mundo. Homens tido como heróis destemidos, deixaram narrativas que serviam de exemplo e encorajavam a quem ousasse desprender viagem rumo à Amazônia, como na Odisseia de Homero, a aventura épica do regresso de Odisseu a Ítaca, sua terra natal, logo após a guerra de Tróia, enfrentando todo tipo de adversidades e seres. Seja como for, muito desse conhecimento literário foi reconstruído na Amazônia pelos primeiros cronistas.

Os europeus que aqui chegaram trouxeram toda a carga de preconceitos que acreditavam: superioridade da civilização europeia branca, a crença que o cristianismo é a verdade universal. Imaginaram que os indígenas não tinham alma, que significava afirmar que não mereciam ser tratados como pessoas. A prática do trabalho escravo, foi uma lógica dessa visão eurocêntrica. Em seguida, os naturalistas estudavam os índios sob a ótica da botânica. A antropologia nascida na Europa no século XIX foi dominado pelo evolucionismo e funcionalismo que reafirmavam a suposta superioridade europeia.

A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INDÍGENA À SERVIÇO DA COLONIZAÇÃO

Dentre as primeiras expedições de reconhecimento da Amazônia que se tem notícia, destacamos as expedições espanholas de Francisco de Orellana, comandada por Gonzalo Pizarro em 1541, que saindo de Cuzco, no Peru, em direção ao “País das Canelas”, era composta de 220 espanhóis e 4.000 índios remeiros e guerreiros. Ainda, a expedição de Pedro de Úrsua, que refazendo o trajeto de Orellana em 1560, foi constituída por um contingente de mais de 2.000 pessoas, na maioria indígena. Nessas expedições, estava a cargo do indígena todo o trabalho pesado, e ao europeu restou os louros e as glórias das expedições.

Assim também durante o período conhecido como União Ibérica, de 1580 a 1640, quando Portugal fica sob a tutela da Espanha, e a Amazônia, em quase sua totalidade, até então possessão espanhola, passa a ser explorada pelos portugueses, pois o Tratado de Tordesilhas de 1494 que definia a divisão da América entre portugueses e espanhóis perdia seu sentido, favorecendo a expansão lusitana pela região amazônica, temos a expedição do português Pedro Teixeira que em 1637, subiu o rio Amazonas em direção ao Peru, o contingente era formado por setenta soldados e 1.700 nativos.

Pelo que percebemos, o trabalho indígena, seja remando, fazendo o reconhecimento da mata ou ainda guerreando contra outras nações, foi significativo para o processo de reconhecimento e ocupação da região. O conquistador tanto espanhol quanto português que via a Amazônia como uma região inóspita e desconhecida, teve que se servir de maneira coercitiva do trabalho indígena para explorá-la e dominá-la.

Ainda assim, os nativos eram vistos pelos europeus como atrasados, preguiçosos e insolentes, aparecendo como subalternos e inferiores em boa parte da historiografia regional o “que reforça preconceitos e estereótipos, enquanto silencia sobre tantos outros processos e sujeitos sociais” (PINHEIRO, 2007, p.12), legitimando a construção histórica de um discurso tendencioso para a validação da exploração.

Dedicados a guerra, aos seus rituais e suas celebrações festivas, o trabalho para o nativo se fazia necessário apenas para manter sua subsistência, e mesmo que alguns povos conhecessem a agricultura, não havia a necessidade de acúmulo, e sua escravização pelos portugueses, segundo Fausto (2008, p.49), se deu por duas experiências básicas, a primeira “realizada pelos colonos segundo um frio cálculo econômico, consistiu na escravização pura e simples. A outra foi tentada pelas ordens religiosas, principalmente pelos jesuítas, por motivos que tinham muito a ver com suas concepções missionárias”, culminando em prejuízo ao nativo.

O esforço dos religiosos consistia em transformá-lo pela catequização e pelo trabalho, em bons cristãos, homens com hábitos europeus e conseqüentemente flexíveis às necessidades coloniais, ainda que essa atitude missionária tivesse como estampa a proteção do nativo diante das investidas do colono. Na realidade, o indígena foi compulsoriamente obrigado a partir do contato evangelizador a servir a Igreja, a Coroa e aos colonos cristãos. A escravidão envolta no manto civilizatório foi sua sentença assinada pelo europeu colonizador em não querer ou não resistir ao trabalho na Amazônia. Eram religiosos pretensamente temente a Deus. Os nativos abandonados à própria sorte, não encontram um Templo vivo e verdadeiro.

O USO DA MÃO DA OBRA NATIVA NA OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

A metrópole portuguesa no período colonial teve dificuldades de implantar uma política de ocupação para a Amazônia que só se tornou possível em grande medida, pela utilização da força de trabalho indígena, indispensável nas fortificações militares e no surgimento de cidades e vilas, como também para a exploração de recursos naturais a partir do extrativismo das chamadas “drogas do sertão” na qual se exigia um profundo conhecimento da floresta.

Saber exclusivo dos nativos que conheciam como adquirir as tão cobiçadas especiarias, e “sem estas fontes de riqueza, teria sido impossível ocupar o grande vale. Os colonos não o teriam procurado, os missionários não encontrariam base material de subsistência para manter seu trabalho de catequese dos indígenas” (PRADO JÚNIOR, 2004a, p.2011). Grande parte da visão cristã, na época, era uma religião espiritualista, onde o trabalho era desprezado. A religião pode ser usada tanto para libertar o povo, quanto para escravizá-lo. Ainda hoje no processo de trabalho dos bois-bumbás de Parintins percebe-se referências a religião. Ela pode estar sendo usada tanto para agradecer as graças divinas,

como também, veladamente, pode estar ajudando a encobrir as condições precárias de trabalho que os trabalhadores do boi-bumbá estão submetidos.

A religião pode lembrar a igualdade, a justiça, como também a liberdade. O espiritualismo pode ser facilmente manipulado para os interesses dos exploradores. O simbólico da cultura regional, cheia de misticismo, pode ser usado como um manto religioso para aliviar as agruras do trabalho. Todas as tentativas de organização sindical entre os artistas trabalhadores dos bois-bumbás foram fracassadas. A própria população não enxerga com bons olhos tal atitude e pode questionar onde fica o amor incondicional ao seu boi.

O Estado quando as empresas capitalistas patrocinam o processo produtivo do boi-bumbá, mas, poucas fazem investimentos sociais numa cidade com poucos empregos formais. Com uma indústria e agricultura incipiente, a nosso ver, o trabalho sazonal proporcionado pelos bois-bumbás parece ser uma tábua de salvação para uma enorme reserva de trabalhadores, ainda que preparados, que se submetem a receberem salários achatados e cada vez mais atrasados, com pouca fiscalização dos órgãos competentes para que se tenham direitos garantidos.

Tanto os colonos, como missionários, ou funcionários da coroa portuguesa, se embrenhavam na floresta e voltavam trazendo índios escravizados, e como resultado tivemos a dizimação de muitas aldeias em nome da apropriação da força de trabalho. Essa terra era terra de cobiça, e devia gerar lucros para a Coroa. O trabalho escravo, segundo Marx, é a primeira forma de acumulação de capital. Muitas etnias se embrenharam nas matas para fugirem da exploração e conseqüentemente da extinção. Houve, nas que restaram ao contato, uma destribalização em que se perdeu a língua, as crenças, os costumes.

Os indígenas quando em suas aldeias, não tinham no trabalho a finalidade de produzir para a obtenção de lucro, isto não significa dizer que eram sociedades que não trabalhavam, ou que não realizavam trabalho produtivo. Torna-se necessário compreendermos o sentido que o trabalho tem para eles e recusarmos a ideia de sociedade estagnada de serem inferiores em relação ao colonizador, pois “não mais podemos falar em inferioridade técnica das sociedades primitivas; elas demonstram uma capacidade de satisfazer suas necessidades pelo menos igual àquela de que se orgulha a sociedade industrial e técnica” (CLASTRES, 1988, p.134), a incompreensão residiu na visão distorcida em relação às necessidades dos grupos indígenas.

Sahlins (1978, p.8), afirma que “as necessidades podem ser ‘facilmente satisfeitas’, seja produzindo muito, seja produzindo pouco”, e para os indígenas não havia a obrigação e nem a necessidade de dedicarem grande parte do seu tempo àquilo que denominamos de trabalho, preferindo também se ocuparem em outras atividades como a pintura, a arte plumária e as constantes festas e rituais tribais, causando estranheza ao colonizador.

RECIPROCIDADE NO TRABALHO ARTÍSTICO, UMA HERANÇA ANCESTRAL

Nos dias atuais o trabalho artístico nos galpões de boi-bumbá não perdeu sua capacidade de produzir ideias, beleza e sentido para a vida. Porém, com o advento da Revolução Industrial, as artes passam a serem mercadorias. Desse modo o resultado artístico adquire um fetiche, uma autonomia e uma sedução. Esse fetiche, lembra Marx, tem uma relação com a magia e o encantamento que acaba encobrindo a real situação social dos trabalhadores-artistas. Nos primórdios da revolução industrial era o progresso que seduzia, nos galpões de boi-bumbá é a satisfação, o lúdico, o jogar, a realização pessoal que parte da contribuição em construir uma identidade cultural regional. Esse trabalho é carregado de afeto, entusiasmo, em que as pulsões objetivas superam a realidade objetivada. O que importa é o arrebatamento, a alegria que, tanto os trabalhadores quanto o grande público podem sentirem.

A produção de excedentes não era incomum nas aldeias indígenas e os relatos dos primeiros viajantes falam de uma Amazônia farta de alimentos, exemplo disso foi a expedição de Ursua e Aguirre em 1561 que descendo o rio Amazonas “foi abastecida sem dificuldades aparente de milho, mandioca, frutas, peixes e tartarugas” (PORRO, 1992, p.179) e os cronistas deram destaque a abundância de mantimentos, que nas aldeias pertenciam a todos, pois a finalidade da produção residia na coletividade, e o puxirum³, é um expoente dessa coletividade, não abrindo espaço para a exploração do trabalho e tampouco do não trabalho, pois, a alternativa de não participação na coletividade era inexistente.

Atualmente é comum nas comunidades ribeirinhas certos trabalhos serem realizados em forma de puxirum. A comunidade que recebeu o puxirum tem o compromisso moral de ajudar outras comunidades quando estiverem precisando. Nos galpões de boi-bumbá, as equipes ajudam outras equipes a terminarem os trabalhos como herdeiros da cultura indígena e ribeirinha. O trabalho indígena e ribeirinho é coletivo. O trabalho capitalista reside em aumentar o capital individual e distribuir o menos possível o fruto do trabalho realizado.

Ao contrário da perspectiva judaico-cristã que tinha o colonizador, de que por conta do pecado original, os homens foram obrigados a trabalhar para buscarem o seu sustento, condenados dessa forma a comerem o “seu pão com suor do seu rosto” (GÊNESIS, 3:19), e assim poderem penitenciar suas faltas, em muitas sociedades indígenas o trabalho aparece nas narrativas como uma benevolência, uma dádiva dos deuses ou dos ancestrais que ensinaram o domínio da natureza, a preparação da terra, e a domesticação de uma planta ou de um animal para a facilitação da vida da aldeia, portanto, na concepção da tribo, trabalhar não era sinônimo de penosidade, mas não raro, de muita festa.

Os indígenas foram considerados preguiçosos, desobedientes. Não se sujeitaram ao

3 O termo tem origem na língua geral o nheengatu, e para Russo (2007, p.199), significa “reunião de esforços em prol de um objetivo comum”. Existem algumas variantes dessa palavra tais como puxirão, pultrirão ou mutirão.

trabalho escravo e somente obedeciam às ordens da natureza e de suas culturas. A história foi escrita a partir da visão dos exploradores, daí a cultura indígena ter sido brutalmente marginalizada, portanto, não reconhecido o seu modo de trabalho, caracterizado pelas relações de reciprocidade.

DO TRABALHO NOS SERIGAIS AO TRABALHO NO BOI-BUMBÁ

Os trabalhadores dos bois-bumbás são dedicados, proativos, que superam as inúmeras dificuldades, sobretudo quando os sentimentos de amor e paixão pelo boi-bumbá de sua preferência entra em ação no processo produtivo específico. Há um sentimento de gratidão pelo trabalho, mas, quando as regras básicas no contrato não são cumpridas, eles não hesitam em buscar seus direitos na Justiça do Trabalhista.

O modelo rudimentar do trabalho de exploração da borracha no século XIX, que consistia basicamente em descobrir as seringueiras na floresta – que via de regra estavam distribuídas irregularmente – no qual era preciso abrir picadas entre as árvores, comumente conhecidas como estradas, para então se colher a seringa, foi qualificado por Caio Prado Júnior (2004b, p.237), como “tipicamente uma indústria de selva tropical, tanto nos seus aspectos técnicos, como nos econômicos e sociais”, mas fascinava quem nela se aventurava pois, “a miragem do lucro espetacular dominava psicologicamente as populações, miragem que foi uma constante na história econômica da borracha” (TOCANTINS, 1960, p.158), e mesmo sendo propagada como um período áureo, essa indústria não enriqueceu a região.

A experiência do trabalho nos seringais foi considerada por muitos autores, como trabalho “semiescravo”. As grandes propriedades de posse dos seringalistas, mantinham a relação de produção baseada no endividamento do seringueiro, a partir do aviamento, no qual se comprava a crédito no barracão do seringal gêneros de sua subsistência a preços exorbitantes que eram pagos com a entrega da produção. E fazendo uma analogia com o período que acontece a realização dos Festivais de Parintins, podemos considerar uma miragem econômica, pois, investe-se em majestosas alegorias, e, pouco se investe no social. Como miragem tudo pode desmoronar.

Em resumo, os soldados da borracha foram para a Amazônia, alguns com seus familiares⁴, “mais uma vez seduzidos pelo sonho de fazer fortuna na floresta, mas também de certa forma ludibriados por uma campanha governamental que apelou para o seu patriotismo, em nome de uma guerra que eles não sabiam exatamente qual era” (BUENO, 2012, p.19), que ao seu término, foram subitamente deixados pelo governo brasileiro à própria sorte. “Nós fomos enganados e depois abandonados e esquecidos⁵”, como afirmou em entrevista o soldado da borracha Alcidino dos Santos.

Desde a época colonial a Amazônia sempre foi alvo da cobiça externa, isto interferiu

4 “Estima-se que entre 1942-1945, cerca de 100 mil nordestinos tenham chegado a Amazônia”, (PONTES FILHO, 2000, p.147).

5 Entrevista concedida a Larry Rohter do Jornal The New York Times e publicada na reportagem “Há muito negligenciados, os ‘soldados da borracha’ do Brasil buscam recompensa” de 23 de novembro de 2006.

no modo de trabalho dos povos que nela habitam. Os primeiros períodos econômicos, estiveram alicerçados no extrativismo. A coleta das drogas do sertão provocou a imposição de um modelo que encontrou resistência local, pois, os métodos civilizatórios e de cristianização, utilizado para domesticar e ocidentalizar o indígena, tinha por intenção arregimentar a abundante mão-de-obra para o trabalho servil, visando a coleta e a exportação das drogas.

NOVAS FRONTEIRAS E A AMAZÔNIA PENSADA DE FORA PARA DENTRO

Poucas vezes, projetos sociais são implantados com devido respeito à natureza e ao homem. Em entrevista o Raimundo Dejard Viera Filho, professor e sociólogo, relata: “havia um leiteiro, que meu pai, fazendeiro, admirava por sua honestidade e dedicação. Um dia lhe perguntou: “você quer ficar rico? Talvez quisesse aumentar as cabeças de gado em sociedade. O leiteiro pediu um tempo para pensar. Depois de três dias já tinha a resposta: ‘seu Didi Vieira’, já decidi, eu não quero ser rico”. Esse breve relato coloca em discussão sobre os projetos que vem sendo implantados de fora para dentro, sem escutar os moradores locais. Muitos projetos são pensados, nos gabinetes, longe da realidade da cultura local. E conseqüentemente podem estarem fadados ao fracasso.

Ribeiro, (1995, p.332), afirma que “desde o fim da II Guerra Mundial, começou uma reordenação da economia amazônica que está permitindo engajar uma parcela da população em novos tipos de produção”. O autor se refere a introdução de novas culturas agrícolas trazidas por colonizadores, como o cultivo de arroz, da pimenta-do-reino e da juta, ressaltando que, “além do plantio da juta, os japoneses também trouxeram novas técnicas agrícolas que possibilitaram um melhor cultivo de outras espécies de plantas, como o guaraná que ainda hoje tem grande importância para a economia da região” (TRINDADE, 2015, p.162) sendo a juta introduzida na região a partir de Parintins.

Permeia no imaginário local a imagem de um curto desenvolvimento econômico trazido pelos colonos japoneses a Parintins, que pode ser facilmente identificado a partir do cultivo da juta, tido como uma benevolência deixada pela colonização japonesa aos amazônidas. Essas novidades na produção agrícola amazônica, grosso modo, trouxeram alívio para o inchaço das cidades que não conseguiu absorver a mão-de-obra excedente oriundas dos seringais que se desativavam, as pessoas sem qualificação profissional, migravam para os centros urbanos onde iam viver nos entornos das cidades em situação de subemprego e mais pobres e miseráveis ainda.

Acreditou-se que tais culturas, seriam a substituta natural da borracha. Além do mais, é preciso dizer que, “o fausto da riqueza e do propalado desenvolvimento deixa uma dívida social sem precedente para com os trabalhadores, evidenciada no quadro de desemprego que a cada dia assume contornos assustadores” (TORRES, 2004a, p.50), propiciando baixa remuneração e exclusão social. Mantém-se, como se vê, um histórico de

exploração que advém dos pretéritos tempos da colonização e exploração da região e de sua população.

AS PECULIARIDADES DOS MUNDOS DO TRABALHO NA AMAZÔNIA

A Amazônia é marcada pela diversidade social e cultural, e neste contexto, o trabalho também se diferencia, pois, tem suas características atreladas ao grupo e lugar social e espacial. A não padronização do modo de trabalho, quando tratamos da região amazônica, está relacionada com a multiplicidade sociocultural e ambiental que influencia a sua organização. Torres (2004b), afirma que a diversidade organizacional do trabalho, quando tratamos especificamente da Amazônia, nem sempre poderá ser possível a sua compreensão tendo como referência apenas a lógica do capital.

As peculiaridades locais, nos remetem às culturas, muitas delas tradicionais, que estão diretamente ligadas às formas de sobrevivência dos povos da floresta. Neste caso, o termo “mundos do trabalho⁶” parece estar melhor adequado para compreendermos a relação do homem com o trabalho e sua interpretação no contexto amazônico. Não há como compreender este fenômeno tendo como menção principal apenas o trabalho industrial, ainda que existindo na região, ele é uma atividade relativamente estreatante e não representa nem de longe a totalidade da vastidão amazônica.

Ter a consciência das várias compreensões sobre o trabalho, está inevitavelmente ligada a componentes da pluralidade e subjetividade da região, é necessário que saibamos que a maneira de agir, de viver, e os diversificados costumes, interferem no modo como os amazônicos interpretam a relação de produção, e por isso, não cabe em uma rotulação singular, ao contrário, as especificidades de cada grupo, distribuído no tempo e no espaço, nos tem demonstrado uma pluralidade da região na qual “ou a deciframos ou ela nos devora” (BATISTA, 2007, p.125), e que nos conduz, quando tratamos da Amazônia, aos diferentes mundos do trabalho.

Nas permanências e reprodução de acordo com Castro (1998), é perceptível as lacunas de estudos específicos sobre esta temática, ficando muitas análises direcionadas apenas as relações salariais, neste caso, não há uma ampliação que contemple de forma satisfatória o debate. Daí a necessidade de se conhecer e apresentar o processo histórico, para que possamos compreender também como se dá a ação do trabalho de cada grupo social (WOORTMAN e WOORTMAN, 1997), que historicamente na Amazônia, sempre esteve marcado pela relação de exploração, pela violenta dominação dos povos tradicionais e pelo controle social, que de certa forma tem contribuído para a cristalização e reprodução de preconceitos sobre o homem amazônico.

⁶ Iraídes Caldas Torres apresenta esta alternativa para melhor definir a problemática de conceituação do trabalho na Amazônia, a partir da perspectiva de Helena Hirata em seus estudos sobre o trabalho na América latina e no Brasil.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. 2ª ed. Manaus: Editora Valer; EDUA; INPA, 2007.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**: edição pastoral. 68ª edição. Tradução de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 2009.

BUENO, Ricardo. **Borracha na Amazônia: as cicatrizes de um ciclo fugaz e o início da industrialização**. 1ªed. Porto Alegre: Quattro Projetos, 2012.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. **Tradição e modernidade: a propósito de formas de trabalho na Amazônia**. In: Papers do NAEA, Belém, n. 097, p. 1-22, jan. 1998.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Tradução de T. Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Os sertões**. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. **Pré-história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. 6ª edição. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Na contramão da história: mundos do trabalho na cidade da borracha (Manaus, 1920-1945)**. In: Canoa do Tempo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, Vol. 1, nº 1. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

PORRO, Antônio. **História indígena do alto e médio Amazonas: séculos XVI e XVIII**. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

PRADO JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23ª edição. 7ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

_____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: 1ª edição. 46ª reimpressão. Brasiliense, 2004b.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAHLINS, Marshall. **A primeira sociedade da afluência**. In: CARVALHO, Edgard de Assis (Org.). Antropologia Econômica. São Paulo: Livraria Editora Ciência Humanas, 1978.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia, natureza, homem e tempo**. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1960.

TORRES, Iraídes Caldas. **Impactos da reestruturação produtiva no Amazonas: níveis de emprego e desemprego na Zona Franca e demais setores**. In: Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Ano 4, n. 1, jan./jun. 2004a.

_____. **Noção de trabalho e trabalhadores na Amazônia**. Artigo apresentado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. 2004b.

TRINDADE, Deilson do Carmo. **Lampejos do processo histórico de ocupação da ilha de Parintins: índios, viajantes, religiosos e imigrantes**. In: FERREIRA, Arcângelo da Silva [et. Al.] (Orgs.). Pensar, fazer e ensinar: desafios para o ofício do historiador no Amazonas. Manaus: UEA Edições; Editora Valer, 2015.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Amazonas 1, 5, 8, 12, 13, 134, 135, 138, 139, 140, 142, 146, 147, 148, 242

Ambivalência 64, 66, 68, 73

América Latina 11, 75, 95, 149, 150, 152, 153, 156, 157, 248

B

Boi-bumbá 1, 2, 4, 7, 8, 9

Brumadinho 37, 38, 39, 40, 43, 45, 46, 48, 50

C

Campo de concentração 100

Cidade 1, 7, 12, 14, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 43, 45, 46, 47, 49, 89, 90, 91, 96, 97, 99, 105, 108, 109, 111, 115, 122, 123, 125, 126, 127, 129, 132, 144, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 172, 173, 174, 175, 219, 228, 234, 252, 258, 272, 274

Clero 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 261, 265, 266, 267

Cobertura 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 68, 71, 101, 106

Coletivos 32, 34, 87, 88, 89, 90, 92, 96, 97, 98, 99, 142

Corinthians 87, 88, 90, 91, 94, 95

Correio Paulistano 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Crescimento populacional 23, 24, 170

Crônica esportiva 64, 65, 66, 67, 68, 73

D

Desenvolvimento rural 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

Designação eletiva 14

E

Educação 1, 14, 20, 37, 39, 45, 48, 49, 68, 82, 92, 99, 103, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 116, 117, 118, 149, 150, 151, 154, 155, 156, 157, 176, 177, 178, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 205, 213, 214, 277, 278, 279, 280

Educação patrimonial 39, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 116, 117

Emancipação humana 176, 178, 181, 183, 184, 198

Ensino de história 131, 176, 177, 178, 182, 187, 188, 203, 206, 207, 208, 209, 214, 280

Escola pública 176, 178, 183, 186, 187

Escolas práticas de agricultura 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Espacio-tiempo 51

F

Facebook 87, 88, 91, 93

FAO 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

Fundação Palmares 76, 77, 78, 80, 81, 83, 85, 86

Futebol 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 87, 88, 89, 90, 91, 98, 99, 148, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175

G

Geoprocetamento 51, 53, 61, 62

Governo Federal 68, 76, 103, 164, 205, 207

H

História oral 134

I

Identidade 2, 8, 40, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 66, 69, 80, 89, 97, 98, 110, 111, 112, 120, 121, 132, 134, 137, 142, 147, 175, 185, 197, 204, 247, 258, 260, 278, 279

Inhotim 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50

Instituições 24, 76, 82, 84, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 130, 151, 153, 176, 182, 189, 192, 195, 197, 198, 199, 208, 216, 218, 219, 220, 222, 223, 276

J

Juca Kfourri 64, 66, 68, 71, 74

M

Memória 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 70, 72, 90, 91, 107, 108, 109, 110, 118, 120, 121, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 146, 147, 148, 173, 175, 178, 213, 266, 269, 278, 280

Museu 37, 41, 107, 108, 109, 110, 112, 114, 115, 117

N

Nacionalismo 64

P

Parede 37, 38, 39, 40, 41, 47, 50

Patrimônio cultural 39, 45, 46, 48, 49, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 118, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 130, 131, 132

Política 6, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 26, 28, 29, 30, 33, 36, 47, 64, 65, 66, 67, 68, 73, 74, 75, 80, 85, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 106, 120, 122, 123, 124, 128, 130, 131, 132, 136, 137, 141, 142, 157, 162, 165, 179, 184, 185, 191, 192, 198, 200, 208, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 225, 251, 260, 262, 266, 270, 276, 279, 280

Q

Quilombos 110, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 276, 279

R

Reformas urbanísticas 23

Retrato 36, 37, 38, 41, 42, 254

Rio Andirá 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146

S

Segregação social 23, 98, 166

Segunda escravidão 118, 119, 120, 124, 130

SIG 51

T

Teledetección 51

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 23, 24, 25, 27, 28, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 44, 71, 76, 83, 91, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 111, 115, 116, 119, 121, 122, 124, 128, 132, 133, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 171, 174, 175, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 187, 188, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 213, 215, 216, 217, 218, 224, 235, 238, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 279

V

Vale do Café 118, 121, 122

Z

Zumbi 76, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 276

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade



🌐 www.arenaeditora.com.br
✉ contato@arenaeditora.com.br
📷 @arenaeditora
📘 www.facebook.com/arenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021